

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROF. ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SANARA SANTOS DAS CHAGAS

**ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA DAS MULHERES DE CAJUEIRO DA PRAIA
NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

PARNAÍBA-PI

2018

C426a Chagas, Sanara Santos das.

Análise sobre a trajetória das mulheres de cajueiro da praia no sindicato dos trabalhadores rurais / Sanara Santos das Chagas. - 2018. 48f.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Curso Licenciatura Plena em Ciências Sociais, *Campus* Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI, 2018.

“Orientador(a): Prof. Dra. Lourdes Karoline Almeida Silva.”

1. Campesinato. 2. Mulheres. 3. Sindicato.

I. Título.

CDD: 300

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

Grasielly Muniz (Bibliotecária) CRB 3/1067

SANARA SANTOS DAS CHAGAS

**ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA DAS MULHERES DE CAJUEIRO DA PRAIA
NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí *Campus* Professor Alexandre Alves de Oliveira em cumprimento às exigências para obtenção da graduação em Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Orientação: Prof. Dra. Lourdes Karoline Almeida Silva.

PARNAÍBA-PI

2018

SANARA SANTOS DAS CHAGAS

**ANÁLISE SOBRE A TRAJETÓRIA DAS MULHERES DE CAJUEIRO DA PRAIA
NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí *Campus* Professor Alexandre Alves de Oliveira em cumprimento às exigências para obtenção da graduação em Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Orientação: Prof. Dra. Lourdes Karoline Almeida Silva.

Aprovado em Fevereiro de 2018

Prof. Dra. Lourdes Karoline Almeida Silva.
Orientadora

Membro: Dr. Samuel Pires Melo
Universidade Federal do Piauí

Membro: Msc. Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento
Universidade Estadual do Piauí

Dedico este trabalho ao grande amor da minha vida, que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida, me incentivando e dedicando-me todo seu amor incondicional, minha amada mãe Risleide Santos. A você minha eterna gratidão e meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus, pois sem ele, nada disso teria sido possível.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe, Risleide Santos que sempre me apoiou e esteve comigo nos momentos que mais precisei.

À minha orientadora, Lourdes Karoline pela disponibilidade e contribuição para a realização deste trabalho. A você expresso minha eterna gratidão pela enorme paciência que sempre teve nos meus momentos de procrastinação e principalmente pela força que me repassou, acreditando que tudo daria certo. Agradeço pelas palavras de confiança, sugestões e por todos os ensinamentos, pois foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

A todos os professores do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí, pela dedicação e comprometimento.

Aos meus colegas de curso, especialmente Rogério Oliveira pela parceria ao longo da graduação.

Às entrevistadas que confiaram e discorreram sobre suas trajetórias de vida, sendo uma importante contribuição para a consolidação deste trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a execução deste trabalho. Meu mais sincero obrigado!

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo analisar a trajetória das mulheres no sindicato dos trabalhadores rurais de Cajueiro da Praia-PI e os fatores que as levaram a entrar no movimento sindical, especificando a realidade de vida dessas trabalhadoras. Propõe-se com este trabalho elaborar um conteúdo que ajude na produção científica sobre essa modalidade que ainda é pouca explorada, descrevendo sobre o conceito de campesinato e suas categorias, assim como a formação dos primeiros sindicatos, para que seja possível uma compreensão mais nítida sobre o objeto estudado. Dessa maneira os sujeitos dessa pesquisa foram as sócias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia, as quais tiveram suas vidas analisadas. Para a realização deste trabalho foi utilizado o levantamento bibliográfico e uma pesquisa de campo que serviu como instrumento para obtenção de dados. Nas entrevistas foi possível constatar através das descrições e relatos feitos por elas a trajetória de vida e os benefícios obtidos a partir da inserção delas no movimento sindical. Como fundamentação teórica foi utilizado as concepções de Alves (2010), Wanderley (1996), Medeiros (1989) Godoi, Menezes e Marin (2009) entre outros. Desse modo, os resultados encontrados demonstram como os papéis sociais desenvolvidos pelas mulheres mudaram a partir da inserção delas no sindicato, pois antes do engajamento sentiam-se coadjuvantes e com os conhecimentos obtidos dentro da entidade puderam ter consciência sobre os seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato. Mulheres. Sindicato.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the trajectory of women in the union of the rural workers of Cajueiro da Praia-PI and the factors that led them to join the union movement, specifying the reality of the life of these workers. It is proposed with this work to elaborate a content that helps in the scientific production on this modality that is still little explored, describing on the concept of peasantry and its categories, as well as the formation of the first unions, so that a clearer understanding is possible on the studied object. In this way the subjects of this research were the members of the Rural Workers' Union of Cajueiro da Praia, which had their lives analyzed. For the accomplishment of this work the bibliographical survey was used and a field research that served as instrument for obtaining data. In the interviews it was possible to consider through the descriptions and reports made by them the life trajectory and the benefits obtained from the insertion of them in the union movement. As a theoretical basis, the concepts of Alves (2010), Wanderley (1996), Medeiros (1989) Godoi, Menezes and Marin (2009) among others were used. Thus, the results found demonstrate how the social roles developed by women changed from their insertion in the union, because before the engagement they felt themselves to be supportive and with the knowledge obtained within the organization they were able to be aware of their rights.

KEYWORDS: Peasantry. Women. Sindicato.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	09
2. CAMPEPINATO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	11
2.1 INSERÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL E NAS CONQUISTAS RURAIS.....	17
3.O CAMPEPINATO NO BRASIL E A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS SINDICATOS.....	21
3.1 ALGUMAS TRANSFORMAÇÕES DAS JOVENS MULHERES DO SINDICATO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	23
3.2 MIGRAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO PARA A CIDADE.....	24
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	27
4.1 TRAJETÓRIA DE VIDA DA PÉROLA.....	28
4.2 Família de origem.....	29
4.2.1 Família atual.....	29
4.2.2 Trajetória escolar.....	30
4.2.3 Participação no Sindicato.....	30
4.3 TRAJETÓRIA DE VIDA DA RUBI.....	32
4.3.1 Família de Origem.....	33
4.3.2 Família atual.....	34
4.3.3 Trajetória escolar.....	34
4.3.4 Participação no sindicato.....	35
4.4 TRAJETÓRIA DE VIDA DA ESMERALDA.....	36
4.4.1 Família de Origem.....	37
4.4.2 Família Atual.....	37
4.4.3 Trajetória Escolar.....	37
4.4.4 Participação no Sindicato.....	38
4.5 ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES NO SINDICATO.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por finalidade pesquisar sobre a participação política e social das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia-PI e os fatores que as levaram a entrar nesse movimento sindical. Considerando que o trabalho feminino no decorrer da história foi constantemente “invisibilizado” e as mulheres tardaram a conquistar seu direito à cidadania.

No entanto, com a crescente mobilização e organização das mulheres na busca de reconhecimento e valorização na sociedade, culminando com a obtenção do direito ao voto e melhores condições de trabalho a questão de gênero passa a ocupar cada vez mais a pauta na política e sociedade, cabendo destacar mesmo a criação do Dia Internacional da Mulher em 08 de março de 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em homenagem a luta das mulheres e como chamada de atenção contra as desigualdades de gênero.

Em sua tese, a autora Lindalva Alves (2010) relata que na tentativa de registrar sua história como movimento, as trabalhadoras rurais do Brasil elaboraram, no ano de 2000, uma cartilha com o título Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na qual reconstruem, em ordem cronológica, sua mobilização em âmbito nacional. Esse fato contribuiu para o desenvolvimento e a organização de outros movimentos que se estenderam pelo país e foram importantes para o reconhecimento das mulheres como cidadãs. Uma das contribuições desses movimentos foi a conquista dos direitos previdenciários através dos quais, os/as trabalhadores/as rurais obtiveram o direito à aposentadoria.

Sobre a participação social e política das mulheres no sindicato, buscamos elaborar um conteúdo que ajude na produção científica sobre essa modalidade que ainda é pouco explorada, procurando conhecer a realidade de vida dessas trabalhadoras para uma compreensão sobre sua organização e representação social destacando questões como cidadania e desigualdade de gênero.

O interesse em desenvolver essa pesquisa aconteceu a partir da observação feita sobre algumas mulheres de Cajueiro da Praia que estão inseridas no sindicato. Desse modo, procuramos compreender suas organizações sociais e como elas se veem dentro do movimento sindical, além de investigar se essa participação as tornam mais críticas sobre sua condição de sujeitos na sociedade.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia (STRCP) foi fundado após Cajueiro da Praia ser decretado município independente, no dia 14 de dezembro de 1995. Um ano depois, um dos representantes que já fazia parte do movimento sindicalista em Luís

Correia, achou que seria cabível fundar o próprio sindicato na cidade. Sendo assim, no ano seguinte, em 06 de setembro de 1996, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia foi fundado com o objetivo de assegurar os direitos em defesa do trabalhador rural.

Abordar sobre a fundação do sindicato é relevante para o melhor entendimento do objeto investigado. Afinal, as trabalhadoras rurais estudadas fazem parte do movimento sindicalista, e as informações obtidas dentro da instituição permitiram uma análise do perfil e das representações sociais em que essas mulheres estão inseridas.

Cajueiro da Praia é uma cidade pequena, localizada no litoral do Piauí com uma população estimada segundo o censo de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de aproximadamente 7.483 mil habitantes, sendo um dos 04 municípios banhados pelo oceano atlântico. Suas principais formas de subsistência são a pesca, o turismo e a agricultura. Desse modo, surgiu o desejo de pesquisar sobre um dos métodos de subsistência mais utilizados pela maioria da população cajueirense, levando em consideração que até mesmo os adeptos da pesca utilizam a agricultura como fonte alternativa de renda.

Este trabalho está dividido em seções. Na primeira aborda-se a introdução do trabalho. Na segunda discute-se sobre o campesinato e agricultura familiar para que seja possível conhecermos o ambiente no qual as mulheres estudadas fazem parte, elucidando o contexto histórico das referidas classes. Na terceira seção, trata-se da descrição sobre a história do campesinato no Brasil e a formação dos primeiros sindicatos através das ligas camponesas que foram o motor propulsor para o desenvolvimento do movimento sindical no Brasil.

2 CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR

Rever a história do campesinato no Brasil é relevante para o nosso estudo, pois a trajetória dessa categoria será norteadora para o entendimento do processo histórico das classes que hoje são conhecidas como agricultura familiar e trabalhador rural, entre outras. Discutir o conceito do campesinato nos ajudará a compreender de maneira mais aprofundada a posição da mulher dentro do espaço rural e em especial no movimento sindical.

O termo camponês chegou ao Brasil com a função de caracterizar o trabalhador rural. Porém, só a partir do ano de 1963, os trabalhadores rurais ganharam a denominação de trabalhador. Entretanto, este conceito foi substituído no decorrer dos anos por outros termos como pequeno produtor e ultimamente pela agricultura familiar, termo que vem se disseminando (SILVA, 2007).

Em seu artigo “Raízes históricas do campesinato”, a autora Maria de Nazareth Wanderley (1996) analisa esses conceitos e os descreve minuciosamente. Para ela, a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas. Enquanto isso, o campesinato corresponde a uma destas formas particulares da agricultura familiar que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

A agricultura familiar não é uma categoria recente da Sociologia Rural, mas é um termo no qual alguns autores já conjecturaram sobre o seu significado, apontando que no Brasil essa adjacência tem sido visto como novidade.

Dessa forma, além de procurar compreender sobre o conceito agricultura familiar é necessário entender sobre o cotidiano das mulheres trabalhadoras e suas manifestações culturais. Sendo assim, ela é mais do que um modelo de economia agrária, consiste em produções que são executadas pela família, e no cenário rural esse fato é determinado através da mão de obra que é predominantemente familiar. Ou seja, é aquele/a agricultor/a que conduz a propriedade basicamente com a própria família. E é dentro desse contexto rural que as mulheres sócias do sindicato estão inseridas, ajudando na produção e na colheita (WANDERLEY, 1996).

Vale ressaltar que a agricultura familiar é responsável pela alimentação de 70% do país, mostrando o grande índice de produtividade dos pequenos produtores. Desse modo, a importância dessa categoria no Brasil está na grande produção de alimentos que ela realiza.

Assim, é possível compreender que a agricultura familiar se caracteriza pela pequena propriedade, além da família ser dona dos meios de produção de terra¹.

Porém, as trabalhadoras rurais aqui estudadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia-PI, não são proprietárias das terras em que trabalham, pois no final da colheita precisam pagar a renda para os donos das propriedades. Outra importância da agricultura familiar é porque ela ocupa as pessoas, além de proporcionar uma fonte de renda contribuindo para que as trabalhadoras continuem no meio rural, mostrando também seu valor social.

Enquanto os jovens passam pela mudança da fase de adolescente para vida adulta ocorrem muitas crises existenciais, levando em consideração que não é só essa a mudança de fase, mas também sua condição sociocultural. Esse dilema nas mulheres do campo acontece, principalmente, quando a própria família começa a conjecturar sobre possíveis casamentos, deixando nítido o papel de subordinação que elas enfrentam. Afinal ainda vivemos em uma sociedade patriarcal onde as mulheres continuam sendo vistas apenas como donas do lar com submissão total ao parceiro. (COSTA, 2005)

Partindo da perspectiva de Wanderley (1996), para além da garantia de sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser repassada à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência.

Conforme Wanderley (1996), o conceito de agricultura familiar pode ser entendido como aquele que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Ela ressalta que,

É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim, definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. (WANDERLEY, 2006, p.03)

¹<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>, acessado em 16 de novembro de 2017 às 10:32 min.

As mulheres do campo, desde cedo, começam a acompanhar os pais para exercer os trabalhos na lavoura, dificultando a essas jovens o acesso à educação formal. Entretanto, no decorrer dos anos, essa realidade começou a mudar devido a algumas políticas públicas que surgiram com o objetivo de garantir uma educação de melhor qualidade para as mulheres que quisessem ingressar na universidade.

Durante a pesquisa, observou-se que alguns programas sociais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), entre outros programas de educação estimularam o desenvolvimento dos jovens rurais. Esses programas facilitaram a entrada dos jovens nas universidades possibilitando melhores perspectivas de futuro.

A influência positiva dessas políticas públicas foi norteadora para o desenvolvimento social de algumas mulheres do município de Cajueiro da Praia-PI na construção da sua cidadania como sujeitos da sociedade. Permitindo num contexto geral um conjunto de direitos, principalmente para as mulheres mais jovens que fazem parte do movimento sindical que começaram a se tornar mais independentes.

Uma dessas políticas públicas é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia-PI, promove oficinas e cursos para a disseminação do conhecimento dos/as sócios/as que não tinham muito acesso à educação. O objetivo desse programa é fortalecer os pequenos produtores rurais, pois um de seus benefícios é o seguro safra² que de acordo com as entrevistadas recebem por meio do cartão cidadão.

Outra constante com relação aos benefícios do Pronaf é a distribuição de sementes, como milho e feijão para os/as sócios/as do sindicato. Além disso, de acordo com a pesquisa de campo realizada mostrou-se que foi através do programa que os produtores conseguiram obter crédito para realizar empréstimos possibilitando a construção de cisternas e a criação de animais que ajudem na renda dos agricultores/as.

Partindo desse pressuposto, Godoi, Menezes e Marin, (2009) sintetizam que o campesinato é uma forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares que sempre se construiu sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Tais autoras ressaltam que, em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência, as ameaças de destruição,

² Benefício criado pela lei 10420/2002, que socorre produtores rurais que perderam pelo menos 50% da safra em decorrência da estiagem ou excesso de chuvas.

ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição dos processos sociais.

Dentro desse contexto, é considerável mencionar em que sentido esse termo difere do agricultor de subsistência e da agricultura familiar que ganhou respaldo a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Além disso, alguns antropólogos já conjecturaram sobre o termo camponês, aplicando a ele várias definições, pois existe certa dificuldade em conceituar essa categoria que varia de acordo com o *campus* que o trabalhador rural está inserido (WANDERLEY, 1996).

Estas reflexões, corroboradas pelas análises de Wanderley (1996) a respeito do camponês, nos mostram que as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Ou seja:

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O camponês tem, pois uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p.4)

É importante salientar essas diferentes abordagens sobre as referidas categorias que o conceito de camponês se insere para analisar em qual definição as trabalhadoras rurais estão introduzidas. Segundo Silva (2007), é importante recolocar a discussão conceitual a respeito do camponês, reconstruindo e, ao mesmo tempo, procurando um novo olhar sobre o debate clássico, juntamente com a inserção dessas novas abordagens que tem ênfase na dimensão ecológica e na relação da agricultura com a natureza.

Desse modo, podemos compreender que desde a formação do processo histórico, o camponês passou por mudanças e foi um dos principais protagonistas da humanidade. Todavia, por numerosas vezes em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Assim, para Godoi, Menezes e Marin (2009), em termos gerais, o camponês, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores³ integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Partindo dessa perspectiva, entendemos que são diversos os conceitos históricos nos quais o camponês está inserido.

Segundo Wanderley (1996), mesmo nas sociedades rurais tradicionais, a autonomia é sempre relativa. A necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas com o

³ Termo utilizado para se referir a multiplicidade de práticas e produtos agrícolas produzidos pelo camponês.

conjunto da sociedade e para atender a suas imposições terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato, certos elementos que lhe são, originalmente, externos. É dentro desse contexto que a autora exemplifica os conceitos de agricultura camponesa, agricultura de subsistência e pequena agricultura. Em outras palavras,

Na perspectiva aqui adotada, é importante insistir, em primeiro lugar, que a agricultura camponesa não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência, entendida esta como uma forma particular da agricultura familiar. Há situações em que, por razões históricas e sociais diferentes, agricultores podem organizar sua produção, visando a sobrevivência imediata, sem vincular sua estratégias produtivas ao projeto do futuro da família. (WANDERLEY, 1996, p.6)

Ainda partindo desse pressuposto, Wanderley (1996) ressalta que a agricultura camponesa é em geral pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas. Porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é a sua dimensão que determina sua natureza e sim suas relações internas e externas.

No artigo “Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro”, Lopes (2014) sintetiza como a referida autora contribuiu em larga medida para renovar os estudos sobre o meio rural, contrapondo-se aos trabalhos que tendiam a afirmar o isolamento, a marginalidade cultural e a irrelevância do roceiro. Segundo Lopes (2014), a socióloga exerce um papel importante na consolidação de uma sociologia dos grupos rurais a partir de um enfoque que privilegia a compreensão da cultura rústica, dimensão ignorada pela maior parte da produção intelectual.

Maria Isaura se inspirou nos conceitos formulados por Antonio Candido no livro “Os Parceiros do Rio Bonito” (2003). Nesse trabalho, Candido traçou o perfil do caipira paulista, analisando a vida social e suas formas de organização. Interessado nas conjunturas de transformação social determinada pela urbanização, ele se fixou no estudo dos parceiros, que representam aspecto menos estabilizado e íntegro na vida social e econômica do homem do campo, mas ainda se prendem à cultura tradicional, de modo a podermos, através deles, analisar a ação exercida pelas novas condições de vida (CANDIDO, 2003).

Outra discussão relacionada ao trabalho rural são as formas de dominação no espaço social, partindo desse pressuposto, a autora Beatriz Heredia (1989) faz uma análise, porém seguindo outro viés de objeto, retratando a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas, abordando a relação de dominação a partir do engenho e da usina, do mesmo modo que acontece com o trabalhador rural e os latifundiários que detém o poder da propriedade.

Portanto, as informações contidas nesse trabalho são fundamentais para uma compreensão mais contundente do nosso objeto de estudo que foi analisado.

Karl Marx (2006), em “O 18 Brumário de L. Bonaparte”, defende que o avanço do capitalismo faria sucumbir o campesinato. Em sua substituição, teríamos duas classes fundamentais – a burguesia e o proletariado. Cabe a ressalva que, o contexto destas considerações é a Europa Central, do século XVIII.

No Brasil, a categoria campesinato esteve presente no período de 1950 e 1960, em função da relevância política da luta social empreendida pelas ligas camponesas (SILVA, 2007). E se firmou mais contundentemente a partir dos movimentos rurais no Brasil como o messianismo e o cangaço.

Segundo Alves (2010), as expressões populares de rebeldia no campo chegaram até 1940. Para Martins (1986), o messianismo e o cangaço são interpretados sociologicamente como as primeiras formas de libertação no campo, no Brasil, visto que os sertanejos conseguiram manifestar vontade própria quando excluídos e dominados por aquele sistema político, econômico e social vigente na antiga república. Isto é: “Com relação ao cangaço, tratava-se de grupos de homens e algumas mulheres que agiam em bandos armados, pelo sertão, às vezes com ações de crueldade e violência” (ALVES, 2010.p.27).

Alves (2010) pondera que a participação das mulheres nesses movimentos era considerável, mas não existem relatos no contexto histórico que mostre a luta e o engajamento político delas dificultando um relato mais preciso sobre a atuação delas nas revoluções.

Outro movimento rural que foi considerado como uma guerra de resistência do campesinato contra o recrutamento e os abusos de uma elite branca que se considera superior foi a Balaiada que, segundo Assunção (2008), não foi um “banditismo infrene”, mas antes de tudo, uma guerra camponesa.

De acordo com a perspectiva do referido autor, para entender a Balaiada é necessário explicar a gênese do campesinato em uma sociedade dominada pela grande lavoura de exportação e olhar mais de perto as relações entre camponeses e autoridades. Nesse sentido, para Assunção (2008, p. 174):

Em suma, na década de 1830 vários grupos camponeses estavam crescendo nos interstícios da sociedade escravista. No entanto é preciso enfatizar também a diversidade da condição camponesa no que diz respeito a apropriação da terra (coletiva ou individual, propriedade, foro ou posse) a especialização em determinada atividade, a integração ao mercado, assim como sua identidade étnica.

Podemos perceber como a categoria camponesa se insere nos mais diferentes âmbitos políticos e revolucionários do século XX. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 1996).

Apesar da invisibilidade das mulheres nas revoluções, é possível constatar que elas estavam inseridas nos espaços de lutas e de enfrentamento que ocorreram. Dessa forma, podemos perceber que a relevância delas não estava em apenas cuidar dos afazeres domésticos e filhos, mas também participavam dos movimentos revolucionários. Entretanto, no contexto histórico existe uma omissão acerca da presença e engajamento delas nas revoltas.

Este fato nos faz observar a questão da desigualdade de gênero que está inserida na nossa sociedade. Foi pensando nisso que o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no qual completará dezoito anos no final de novembro criou políticas públicas na tentativa de amenizar as desigualdades que existiam e continuam persistindo até hoje.

2.1 Inserção das mulheres no Movimento Sindical e nas conquistas rurais

Após o golpe militar de 1964, todos os movimentos sociais foram reprimidos, principalmente os movimentos do campo. É importante salientar que quando os primeiros sindicatos surgiram, as mulheres não tinham direito de se associar, pois não eram consideradas trabalhadoras.

Apesar dos avanços e da criação de políticas públicas para o reconhecimento do trabalho da mulher na sociedade, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) criado em 15 de julho de 2004 e que tem como objetivo assegurar a igualdade dos gêneros no mundo de trabalho e fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder, ainda é notável o estigma que elas continuam sendo vítimas (PORTAL BRASIL, 2012).

No ano de 1980, surgiu o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CMTR) que foi o primeiro movimento de mulheres rurais no Piauí. Segundo Alves (2010), só os homens tinham acesso à formação sindical, à política, à participação nas discussões sobre reforma agrária e só eles estavam aptos a concorrer nas chapas sindicais, mobilizando outros trabalhadores. Com isso, a criação do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí, serviu para estimular a participação de mais mulheres nos movimentos em prol da igualdade de direito.

Entretanto, outras manifestações em favor dos direitos das mulheres do campo surgiram no decorrer dos anos. Um dos mais conhecidos é a Marcha das Margaridas, que surgiu no dia 12 de agosto de 2000 em homenagem a Margarida Maria Alves, uma mulher sindicalista que foi assassinada em 12 de agosto de 1983 em uma cidade da Paraíba, a mando dos latifundiários da região.

A partir dessa data, no ano de 2000 ocorreu a primeira edição do movimento que conta com a participação de agricultoras, quilombolas, indígenas e pescadoras, que reivindicam o fim de todas as formas de discriminação e violência contra a mulher (EBC RÁDIOS, 2015).

Desse modo, podemos perceber a grande relevância que os movimentos tiveram em defesa dos direitos das trabalhadoras. Pois através deles várias mudanças ocorreram tornando as mulheres mais participativas e com isso começaram a tomar mais decisões que antes eram exercidas apenas pelos homens.

Sendo assim, pesquisar as relações de gênero é primordial para o entendimento sobre a participação das mulheres nos movimentos e quais fatores contribuíram para a quebra desse paradigma. Dentro desse contexto, podemos citar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que tem como objetivo dar às mulheres trabalhadoras rurais o acesso à documentação e facilita também a inserção delas em outras políticas públicas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), no qual oferece o acesso das mulheres ao título de imóveis rurais.

Além disso, foram criados outros programas que fortaleceram a luta das mulheres pelo direito à cidadania, facilitando e possibilitando a geração de renda para as famílias das trabalhadoras rurais. Um deles é o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) que oferta informações sobre conhecimentos técnicos. Outra política pública que ajuda no fortalecimento dos direitos das mulheres do campo é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que orienta as mulheres na produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária.

De acordo com o MDA são políticas que visam o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor, à produção de valor, à participação na gestão, ao desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais. Sendo assim, é notável como essas políticas foram importantes para o reconhecimento das trabalhadoras rurais no decorrer dos anos.

Conforme Wanderley (1996), é preciso considerar, antes de tudo, que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais

gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente o seu quadro colonial, que se perpetuou como herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. Ou seja, o processo de reconhecimento do campesinato brasileiro sempre passou por dificuldades comparadas com modelos de outros países.

De acordo com Motta (2008), os camponeses instauraram na formação social brasileira em situações diversas e mediante resistências de intensidade variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo.

Todos esses conceitos e trajetória sócio-histórica do campesinato são primordiais para o entendimento deste trabalho, entretanto, discorrer sobre a questão de gênero é importante para entender as mais distintas desigualdades com as mulheres. A questão de gênero aqui discutida refere-se principalmente as desigualdades com relação ao trabalho.

No contexto histórico, as desigualdades sociais sempre estiveram presentes, principalmente referindo-se às mulheres. A representação da mulher na sociedade sempre esteve marcada por consideráveis situações de opressão. De acordo com Beauvoir (1970, p.362),

Ninguém nasce mulher: Torna-se mulher. Nenhum destino biológico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de femininos.

De acordo com sua perspectiva, percebemos que somos aquilo que a sociedade nos impõe e é dever da mulher procurar sua própria autonomia para que possa exercer sua liberdade usufruindo de todos os direitos que lhe cabem. Ainda segundo a referida autora:

Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre existência autônoma e seu “ser-outro”, ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar a sua autonomia, tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino. (BEAUVOIR, 1970, p.376)

Desse modo, a autora sintetiza a questão das desigualdades femininas que atravessam os séculos, e sugere que essa situação de opressão mude. As mulheres podem desempenhar os mesmos papéis sociais que os homens na perspectiva da liderança, da responsabilidade e capacidade de gerir, mas partindo da perspectiva de Simone de Beauvoir, elas ficam restritas apenas ao trabalho familiar doméstico. Um destino imposto pelos seus educadores e pela sociedade.

Pensando em mudar esse quadro opressor surgiu o movimento feminista com a intenção de combater as desigualdades existentes no cotidiano feminino. Conforme Costa (2005), o feminismo, enquanto movimento social é essencialmente moderno, surge no contexto das ideias transformadoras das revoluções francesa e americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos.

Ainda segundo a perspectiva da autora, ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo privado, identificada como meramente pessoais. Ou seja,

Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil. Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero. (COSTA, 2005, p.03)

Partindo desse pressuposto, é possível perceber como o movimento feminista foi precursor para o desenvolvimento de outros movimentos sociais em prol da igualdade de gênero e continua gerindo lutas na tentativa de defender os interesses das mulheres, combatendo as desigualdades existentes até os dias atuais.

3. O CAMPESINATO NO BRASIL E A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS SINDICATOS

A história do campesinato no Brasil é importante para entendermos como surgiu um dos movimentos rurais precursores no desenvolvimento da luta pelos direitos da terra para os trabalhadores do campo, que foi a chamada Liga Camponesa. Os trabalhadores rurais historicamente não tiveram seus direitos fortalecidos e sempre foram vítimas da subordinação social e econômica.

As ligas camponesas surgiram antes da ditadura militar, no ano de 1946, e serviram ferrenhamente para o desenvolvimento da reforma agrária. Nesse período, os trabalhadores rurais de diferentes cidades do Brasil se articularam para reivindicar os direitos dessa classe trabalhadora. Outro fator importante para a criação das Ligas Camponesas foi o Partido Comunista do Brasil (PCB). O interesse do partido era aumentar seus eleitores, mas ao mesmo tempo, mostrar os objetivos dos trabalhadores rurais na luta pela cidadania.

As ligas camponesas foram importantes representantes dos interesses dos trabalhadores rurais, unindo grande parte deles e apresentando propostas para o futuro do país. Suas ideias reformistas, contudo eram associadas ao temor socialista que os países opositores tinham na época. Na década de 1960 as tensões aumentaram no país e culminaram com o golpe militar de 1964. O novo regime promoveu intensa caça aos partidários ou simpatizantes dos movimentos identificados como de esquerda. Vários membros de Ligas Camponesas foram presos ou assassinados juntamente com lideranças do PCB (GASPARETTO, 2018).

De acordo com Marques (2003), a formação do campesinato brasileiro está relacionada com uma existência dependente como agregado no interior das grandes fazendas e como posseiro ou sitiante ocupando pequenas áreas em terras marginais, tanto do ponto de vista econômico ou espacial. Nesta fase, a base da economia empregava o trabalho escravo, cabendo ao campesinato a produção de gêneros alimentícios de consumo interno.

Ainda segundo esta autora, o campesinato brasileiro não é enraizado, fixo a uma propriedade de terra, ele é um migrante e seu deslocamento tem sido determinado em grande parte pelo avanço da propriedade capitalista sobre a terra. Ao serem expulsos ou perderem a propriedade, eles geralmente retornam à terra, mesmo que em outro lugar.

Porém, foi no período de 1950 que as Ligas Camponesas tiveram mais respaldo, acarretando a criação dos primeiros sindicatos no Brasil, juntamente com a ajuda da Igreja

Católica que foi fundamental para as lutas sociais no campo, além de terem sido relevantes na organização dos trabalhadores rurais. Pois,

Nos anos 1950, a emergência de ligas camponesas, de “associações” de uniões trouxe à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade. Embora ainda localizadas as dispersas, essas lutas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política. (MEDEIROS, 1989, p.12)

Conforme Alves (2010), os primeiros sindicatos rurais foram organizados pelos trabalhadores remunerados, principalmente os moradores das grandes fazendas. Por meio dessa organização, a luta por direitos trabalhistas parecia mais adequada. Ainda segundo a autora, as reivindicações encontravam respaldo na consolidação das leis trabalhistas, embora estas não regulamentassem os sindicatos pelo fato do trabalho campesino não ser registrado na carteira de trabalho.

Partindo dessa perspectiva, Medeiros (1989) pondera que no início dos anos 1980 se verificou um encontro entre o novo sindicalismo, que surge nas cidades e as organizações de trabalhadores rurais, especialmente através do processo de construção de uma central sindical. Sendo assim, através desses debates, criou-se a Central Única dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores, que tem por objetivo defender a classe trabalhadora.

Como já foi mencionado anteriormente, a Igreja católica contribuiu gradativamente para a luta da reforma agrária fazendo com que a regulamentação dos sindicatos rurais acelerasse. Através dessas pressões foi fundada no ano de 1964 a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que passou a lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Partindo desse pressuposto, Alves (2010) sintetiza que após o golpe militar em março de 1964, as movimentações sociais no campo passaram a ser profundamente reprimidas. Para ela, a promulgação do Estatuto da Terra e a promessa da reforma agrária foram as estratégias utilizadas pelos militares para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terras.

O Estatuto da Terra é uma lei brasileira criada no ano de 1964, logo após a implantação da ditadura militar e continua vigente até hoje. O Estatuto da Terra, Lei n. 4504, representa um conjunto de normas que regula os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais, especificamente para execução da reforma agrária e promoção da política agrícola.

Além disso, ela favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais, observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem⁴.

Partindo desse pressuposto, percebemos que o objetivo dessa Lei era desenvolver a agricultura e de certo modo, tentar conter o processo da reforma agrária no país procurando evitar uma revolução camponesa, para acalmar os latifundiários que estavam preocupados com as reivindicações populares de 1964.

3.1 Algumas transformações das jovens mulheres do Sindicato através da educação não formal

Tavares (2012) ressalta que o desenvolvimento econômico desigual numa sociedade extremamente competitiva exige uma maior preparação para o mundo do trabalho e uma maior escolarização, que dentre outros fatores prolongaram a transição do jovem ao mundo adulto. Partindo desse pressuposto é possível fazer uma analogia com as mulheres do campo que desde a infância precisam ajudar os pais nas atividades rurais. Em consequência disso, na maioria das vezes não tem acesso a uma educação que lhes proporcione melhores condições de vida, ficando restritas apenas ao mundo do trabalho rural.

Dentro desse contexto, podemos fazer uma análise sobre como os papéis sociais desempenhados pelas mulheres no Brasil passou por diversas transformações no decorrer dos anos. E no campo, esse processo ocorreu de forma mais lenta. Entretanto, o desenvolvimento da educação foi crucial para romper com o trabalho das jovens rurais, deixando de serem lavradoras e “donas do lar” obtendo a oportunidade de exercerem outras profissões, através de programas estudantis que lhes proporcionaram estudar e cursar o nível superior. Afinal, histórica e socialmente o papel da mulher sempre foi de subordinação perante o homem, com a função apenas de servir para os trabalhos da casa.

Partindo desse pressuposto, é possível fazer uma analogia com as jovens inseridas no meio rural, que passam pela adolescência sem a consciência sobre a sua participação política, pois são moldes da sociedade em que vivem, ou seja, a sua própria família, que desde cedo são vítimas da subordinação patriarcal. O trabalho rural passou por diversas transformações

⁴http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm, acessado em 20 de dezembro de 2017 às 11h23 min.

no decorrer dos anos e vários termos surgiram, porém uma das categorias que vem se disseminando é a agricultura familiar. As mulheres que integram esse ambiente em Cajueiro da Praia, são na maioria dos casos, filhas de pequenos lavradores que passaram seus conhecimentos de geração para geração.

Portanto, é importante salientar de que forma a educação modificou a vida de algumas mulheres do sindicato e como as políticas públicas incentivaram o desenvolvimento social dessas atrizes sociais levando em consideração o lugar em que vivem e a estrutura familiar em que estão inseridos.

3.2 Migração das mulheres do campo para a cidade

Outro aspecto relevante a ser mencionado com relação às mulheres que participam do sindicato, principalmente as mais jovens é que até pouco tempo atrás a maioria dos/as jovens que fazem parte das famílias agricultoras, não tinha possibilidade de ter nível de escolaridade mais elevado.

Entretanto, à medida que foram surgindo novas oportunidades de educação formal para essas mulheres, começaram a surgir questionamentos sobre a permanência delas nas propriedades rurais. Durante a pesquisa observou-se que algumas mulheres sócias do sindicato de Cajueiro da Praia que tiveram acesso à educação encontram um dilema entre sair da propriedade de seus pais ou permanecer utilizando seu conhecimento para ajudar no desenvolvimento da agricultura. Foi pensando nisso que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) juntamente com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)⁵ criou o Projeto Semente dos Saberes Agroecológicos, com o objetivo de expandir um vasto conhecimento para os jovens do campo.

A Contag possui vinte sete federações de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura, que são conhecidas como Fetag's e mais de quatro mil sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e seu principal objetivo é a defesa e a luta pelos direitos de homens e mulheres do campo que fazem parte da agricultura familiar. Essa entidade é importante porque através dela se obtém políticas para a assistência técnica ajudando na capacitação dos jovens e trabalhadores rurais num contexto geral⁶.

⁵<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>, acessado em 14 de novembro as 15h24 min.

⁶ Idem.

O objetivo do Projeto “Sementes dos Saberes Agroecológicos: Pesquisa-ação Participativa, transformação e emancipação das Juventudes Rurais do Piauí” é atuar com pesquisa-ação, formação/capacitação agroecológica e extensão rural emancipatória das juventudes rurais do Piauí, buscando atender ao clamor popular quanto ao fortalecimento da cidadania, inclusão sócio produtiva, acesso às políticas públicas, inserção profissional e o bem viver de jovens agricultores/as familiares, pescadores/as artesanais e piscicultores/as de base ecológica⁷.

É importante ressaltar que a partir do momento que essas mulheres começaram a fazer parte desse projeto, foi perceptível o engajamento social e político que eles tiveram com a comunidade, ampliando conhecimentos para os produtores rurais e se tornando mais confiantes com relação às perspectivas do futuro.

As mulheres engajados nesse projeto conseguiram aprimorar seus conhecimentos e transmiti-los para os mais velhos contribuindo para o crescimento da agricultura nas propriedades rurais. Através disso, criaram canteiros agroecológicos e participam ativamente dos congressos disponibilizados pela Contag.

Esse projeto busca contribuir com a política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria Nacional da Juventude, especificamente quanto ao projeto de formação agroecológica e cidadã de juventudes do campo, no âmbito do estado do Piauí⁸.

Partindo desse pressuposto, Wanderley (1996) sintetiza em seu artigo “Raízes Históricas do Camponato” que a agricultura camponesa, na qual esses jovens estão inseridos não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência, entendida esta como uma forma particular da agricultura familiar. É desse modo que podemos ver que pode existir uma possibilidade de trabalho para esses jovens, principalmente com o desenvolvimento de projetos que os capacite a permanecer no campo.

Entretanto, é importante elucidar as dificuldades existentes que fazem muitos deles não quererem continuar exercendo o trabalho nas propriedades rurais, fazendo com que eles migrem para as regiões metropolitanas em busca de melhores condições de vida. E ao chegarem nesse novo ambiente, se depararem com a realidade da falta de experiência e de títulos escolares que não tiveram oportunidade de acesso enquanto viviam na zona rural, impossibilitando que consigam melhores empregos.

⁷<http://ssapiaui.blogspot.com.br/2014/05/o-projeto-sementesdos-saberes.html>, acessado em 18 de novembro de 2017, às 12h45 min.

⁸ Idem.

Por isso, de acordo com o que foi investigado à medida que a maioria das mulheres sócias no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia teve acesso à educação, participando não somente do Projeto Sementes dos Saberes Agroecológicos, mas tendo oportunidade de acesso ao ensino superior, houve diversas transformações no modo de vida dessas mulheres, como engajamento político e social.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste trabalho foi efetivada uma investigação bibliográfica com pesquisas de campo e entrevistas que abordou conteúdos condizentes com o objeto estudado. Durante o percurso da pesquisa, participei de algumas reuniões promovidas pelo sindicato, assim como estive presente na eleição para nomear o/a novo/a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia, que aconteceu no dia 08 de agosto de 2017, vencendo majoritariamente uma mulher.

Para a realização da pesquisa, foram elaboradas perguntas que ajudassem descrever a história de vida e da participação no movimento sindical, como por exemplo: a família de origem, estado civil, quantidade de filhos (se tivesse), família atual, trajetória escolar, motivos para entrar no sindicato e os fatores positivos que tiveram depois da inserção no movimento.

Para Minayo (1994, p.20), “Entrar no campo da metodologia social é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo”. Logo, a pesquisa surge para agregar conhecimento sem questões não resolvidas, tendo em vista que este estudo, como tantos outros, não é conclusivo, pois sempre poderá ser retomado.

Entender os métodos de pesquisa é primordial para a compreensão da construção da análise. Com base em Minayo (2002), compreendemos que a pesquisa alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, para a autora embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Segundo Minayo (2002), a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. Além disso, destaca que a metodologia ocupa um lugar central das teorias e está sempre referida a elas. No desenvolvimento da pesquisa, fizemos um recorte empírico através de entrevistas, levantamento de material bibliográfico. Além disso, realizamos entrevistas com três trabalhadoras rurais do sindicato para o desenvolvimento desse trabalho.

Existem várias formas de abordagem técnica de trabalho de campo. Entretanto, uma das que mais se destacam e que utilizamos é a entrevista. Segundo Neto (1993), é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Pois através dessa abordagem o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Para o autor,

Nesse sentido, a entrevista é um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. (NETO, 1993, p. 57)

Partindo desse pressuposto, o autor pondera que as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, na qual o informante aborda livremente o tema proposto (NETO, 1993).

Para a realização da obtenção de dados com as trabalhadoras rurais, usamos alguns recursos como, gravador de voz e filmadora para que todas as informações obtidas pudessem ser abordadas minuciosamente. Tais métodos compreendem uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2002), é a metodologia mais apropriada ao objeto das ciências sociais. Para a autora esse tipo de pesquisa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.

Ressaltando que a pesquisa foi realizada com as mulheres que são sócias ativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia-PI, e que aceitaram ser entrevistadas em suas próprias casas com horário agendado. Além disso, suas identidades serão mantidas em sigilo e seus verdadeiros nomes foram substituídos por codinomes.

4.1 TRAJETÓRIA DE VIDA DA PÉROLA

Pérola⁹, 34 anos, natural de Luís Correia-PI, casada no religioso, tem três filhos, dois meninos de doze e seis anos e uma menina de oito anos. Mudou-se com a família para a casa do pai, devido o mesmo enfrentar problemas de saúde. Aos doze anos perdeu sua mãe vítima de um câncer, e desde cedo começou a acompanhar o pai nos trabalhos da roça com os três irmãos. O pai é aposentado e seu marido trabalha na rede municipal sendo o salário de ambos a maior renda da casa.

⁹ Os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios para proteger o anonimato das entrevistadas.

4.2 Família de origem

Sua família sempre morou no município de Cajueiro da Praia, que antes era povoado de Luís Correia. Passou toda sua infância no mesmo lugar e apenas quando se casou e mudou para um povoado chamado Terra Nova, que fica próximo à divisa dos Estados do Ceará e do Piauí. .

4.2.1 Família atual

Pérola voltou a morar com seu pai que é viúvo, deixando sua casa para cuidar da saúde do mesmo que se encontra debilitada. Com ela, moram seu esposo e seus três filhos. Na propriedade em que vivem precisam pagar arrendamento do que produzem, pois não são donos das terras. E esse, segundo ela, é um dos principais problemas enfrentados para conseguir se associar no Sindicato, pois precisava de um contrato de terra que provasse como ela produzia e exercia a profissão de lavradora.

Sem ser dona da terra, ela precisou pagar ao proprietário do terreno que eles sempre trabalharam para que ele pudesse assinar seu contrato e ela pudesse levar até o sindicato. Mesmo ele tendo consciência e conhecendo sua família há muitos anos, ele não se omitiu em cobrar pelo favor prestado.

Pérola: Antigamente, os donos de terra daqui assinavam pra gente e não pediam nada em troca, porque era poucos sócios que faziam parte do sindicato. Agora que aumentou, eles querem lucrar e é difícil achar um que assine de graça pra gente. Até porque só são uns dois donos de terra que tem nessa região, né.

De acordo com a entrevistada, essa prática ficou comum depois que alguns proprietários de terra da região começaram a lotear os terrenos, impedindo que as pessoas construíssem roças sem a autorização dos mesmos. Outro fator mencionado por ela foi o aumento da participação das pessoas no movimento sindical e a escassez de donos de terra na região, pois geralmente apenas um ou dois proprietários assinam os contratos para os/as trabalhadores/as.

4.2.2 Trajetória escolar

Pérola relatou que durante toda sua vida estudou em escola pública, e se sentiu muito feliz por ter conseguido concluir o Ensino Médio, pois quando estudava tudo era mais difícil e principalmente devido à sua gravidez. Ela relatou que pensou em desistir de estudar várias vezes, mas sabia que deveria persistir porque o diploma de nível médio era muito importante.

4.2.3 Participação no Sindicato

Começou a fazer parte do movimento sindical quando engravidou de seu primeiro filho, pois viu a possibilidade de receber o auxílio maternidade, algo que ajudaria muito a sua família na época. A partir do seu ingresso no sindicato, começou a se engajar cada vez mais nas reuniões que eram fornecidas para todos os/as sócios/as. Outro fator importante que a entrevistada mencionou foi sua participação na diretoria, ajudando a conhecer melhor sobre seus direitos como cidadã e desempenhando um papel social juntamente com outras sócias do sindicato, acarretando uma organização mais assídua dessas mulheres.

Pérola relata que uma das principais contribuições que o sindicato trouxe para sua vida foi o recebimento do auxílio maternidade de seus três filhos. Ela menciona que hoje em dia está mais fácil de criar os filhos, mas quando ela engravidou as condições financeiras eram precárias, pois seu esposo ainda não trabalhava como vigia na escola. Trabalhava apenas na roça e ela o ajudava desde a queimada das roças ao plantio da lavoura. Atualmente, mesmo trabalhando à noite como vigia, seu marido permanece fazendo as roças todos os anos.

Conforme a entrevistada, eles não podem parar de fazer suas roças, pois o “sustento” dos seus filhos depende daquilo, porque tudo que eles colhem e guardam não precisarão comprar por um determinado tempo. Para ela, a maior dificuldade era deixar as crianças quando precisava sair para ir trabalhar, pois necessitava pedir à sogra para ficar com eles. Durante seu relato, Pérola recordou as diversas vezes que foi para roça com seus pais na infância. Porém, a entrevistada ponderou que esse não é o futuro que ela deseja para seus filhos, mas eles sempre estão juntos no plantio dos cercados, porque são próximos de casa.

Para ela, se associar ao sindicato ajudou a conseguir o auxílio maternidade, além de ter conseguido fazer parte da diretoria do sindicato, com a função de receber em sua casa, o dinheiro do pagamento das taxas de mensalidade dos outros sócios. Com isso, ela relata que foi uma renda extra, ajudando nas despesas da casa. Segundo ela, remuneração que ela recebia era de acordo com o total de pagamento dos sócios e recebia 50% do valor arrecadado.

Pérola: O dinheiro da comissão que recebo é pouco, mas me ajuda muito. Melhor do que nada, né.

Ela menciona que vai ao sindicato todos os meses e participa de todas as reuniões promovidas, pois com isso ela obteve mais conhecimento sobre seus direitos e como deve agir para lutar por cada um. Afinal ela cita que o sindicato é uma garantia, principalmente depois da reforma da previdência.

Pérola: Nas reuniões que eu participo no sindicato eles falam muito da reforma da previdência. Eu assisto no jornal também e fico preocupada com isso. Não quero me aposentar com mais de sessenta anos e não receber décimo terceiro.

Pérola: Eu quero ter meus direitos porque a gente que trabalha na roça cuida da casa e dos filhos, não recebe nenhum salário pra fazer isso não. O povo pensa que isso não é trabalho.

Outra constante que ela relata é a autonomia, já que antes ela era muito ligada ao companheiro e dependia dele para tudo, e depois que começou a participar do sindicato e teve a chance de trabalhar na diretoria começou a receber seu próprio dinheiro e com isso passou a ter mais perspectivas deixando de ser tão “dominada” por ele. Pois mesmo ela trabalhando na roça com ele, ela não tinha direito de vender os produtos que eles produziam no final da safra.

Pérola: a gente que é mulher e vive às custas do marido, depende dele pra tudo. E quando eu comecei a trabalhar e ter meu próprio dinheiro, mesmo pouquinho deixei de ser tão dominada.

Pérola: Aqui em casa a gente vende uma parte dos sacos de milho e de feijão, no final da colheita. Mas é meu marido que fica com o dinheiro. Por isso que o dinheiro que recebo da comissão me ajuda. Posso comprar um arroz, café... Essas coisas de casa mesmo.

Ela finaliza dizendo que teve muito mais esclarecimento na sua participação das reuniões, por saber o que acontece dentro e fora do sindicato, os benefícios que lhe proporcionaram e a facilidade para resolver as questões relevantes aos documentos no qual o sindicato disponibiliza uma pessoa específica para ajeitar e acompanhar os sócios mais leigos até o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

4.3 TRAJETÓRIA DE VIDA DA RUBI

Rubi, 54 anos de idade, natural de Chaval-CE, casada há 34 anos, tem três filhos e dois ainda moram com ela, sócia do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia há 12 anos. Mesmo seu marido trabalhando durante anos na construção civil, isso não impediu que ela continuasse exercendo o trabalho na agricultura, porque segundo a mesma, era uma forma de economizar, pois ela não precisava comprar os produtos que ela mesma plantava e colhia.

Com a crise que se estendeu no país a partir do ano de 2014 a 2017, seu marido precisou regressar e para garantir o sustento da família, voltou a trabalhar na roça com a ajuda dos filhos. Segundo a entrevistada, ela sempre os acompanha principalmente no período da plantação. Mas trabalhar na agricultura não garante totalmente o sustento da família, devido a falta de remuneração do trabalho rural, afinal de acordo com a entrevistada nem todos os anos a roça garante uma boa safra, pois isso depende do clima. Se houver estiagem ou excesso de chuva os/as agricultores/as perdem toda sua colheita.

Rubi: Meu marido trabalhou no trecho durante muitos anos. Mesmo assim, nós continuamos plantando o cercado e comprando um pedacinho de roça. Os meninos me ajudavam sempre.

Rubi: Depois que ele voltou pra casa por falta de emprego, comprou uma roça do irmão dele e estamos plantando.

Por isso, atualmente ela não tem renda fixa, trabalha em casa de família, garantindo uma renda extra, podendo ajudar o marido nas despesas da casa. Ela só estudou até a quarta série do Ensino Fundamental e não continuou os estudos devido às dificuldades que existiam na época.

Rubi: É muito difícil viver só de roça sem ter um trabalho fichado, aí foi o jeito eu trabalhar em casa de família pra ajudar nas despesas daqui de casa.

4.3.1 Família de Origem

Os pais de Rubi, sempre moraram no município de Cajueiro da Praia-PI, por isso nunca se afastaram. Ela menciona que durante sua infância passaram por muitas dificuldades, principalmente porque seus pais sempre trabalharam na agricultura e porque a família era muito grande.

Ela tem nove irmãos, sendo que apenas três moram longe da família. Uma em Parnaíba e dois em Salvador. Segundo ela, seu pai trabalhava arduamente na roça para garantir a subsistência da família e isso acabou gerando algumas consequências negativas como problemas de saúde, dificultando seu trabalho na lavoura e, que uma de suas irmãs mora com os pais, ajudando a cuidar deles e uma das poucas facilidades que eles tiveram durante sua jornada de trabalho foi com relação à propriedade em que trabalhavam, pois pertencia a eles mesmos.

Ela menciona que sua família era uma das maiores proprietárias de terra da região, mas no decorrer dos anos, algumas pessoas começaram a se apossar e sua propriedade foi diminuindo. Inclusive, até poucos meses atrás houve um conflito entre outro proprietário de terra com seus pais, pois o mesmo queria cortar a cerca de um dos terrenos de sua família, para mandar construir uma estrada de areia.

Entretanto, esse caso se estendeu e ainda continua sendo examinado pela justiça. Mesmo enfrentando esses desafios, ela pondera que o fato dos pais serem os próprios donos das terras que eles trabalham, facilitou na sua entrada no movimento sindical, pois ela não precisou procurar outro proprietário para assinar seu contrato de terra, comprovando que ela realmente possui e trabalha em roças. Esse é um dos fatores que mais causam preocupação para as mulheres que vão se associar. Afinal, alguns anos atrás, não existia tanta relutância dos donos de terra em assinar, hoje em dia, eles só assinam se houver um pagamento.

De acordo com a fala de Rubi, o pagamento feito para os donos de terra assinar o documento que os/as trabalhadores/as rurais precisam é efetuado através de dinheiro ou da metade da renda que eles produzem na roça. Mas no caso das mulheres, nem sempre precisam da assinatura do latifundiário. Ela explica:

Rubi: No meu caso, como minha família já é proprietária eu não precisei, do mesmo modo que outras mulheres também não precisam se o marido já for sócio do sindicato e ter feito um contrato familiar. Nesse caso aí a mulher pode se associar com o contrato do parceiro.

Segundo a entrevistada, foram seus pais que a incentivaram entrar no sindicato, pois de acordo com eles, isso facilitaria ela se aposentar quando chegasse à idade certa. Mas seu pensamento foi mudando quando começou a fazer parte, principalmente, quando houve a mudança do presidente do sindicato. Ela menciona que, depois que viu uma mulher ganhando a eleição, se sentiu mais representada na entidade.

Porém, depois que ela começou a participar das reuniões percebeu que poderia ter mais autonomia, liberdade e principalmente a consciência de seus direitos. Com isso, a entrevistada relata que decidiu incentivar outras mulheres a participarem também, pois ela acredita que elas merecem ter o mesmo conhecimento e que são portadoras dos mesmos direitos que os seus companheiros.

4.3.2 Família atual

Atualmente, ela mora com o marido e seus dois filhos mais velhos, mas, todos os dias, vai à casa dos seus pais. Ela relata que todo mês vai ao sindicato e participa ativamente das reuniões, pois, com isso, ela consegue obter mais esclarecimento sobre os seus direitos de cidadã e trabalhadora rural.

4.3.3 Trajetória escolar

Como mencionado anteriormente, ela estudou até a quarta série e não continuou devido às precárias condições de vida. Segundo ela, naquela época para a pessoa conseguir terminar os estudos era necessário ir morar em Parnaíba ou Luís Correia, pois somente lá havia escola de nível médio, afinal, naquele tempo, Cajueiro da Praia ainda era um povoado do município de Luís Correia.

Sentiu vontade de continuar os estudos, mas as tarefas de casa impediram que ela um dia voltasse a estudar, pois se dedica exclusivamente aos filhos e ao marido. Ela tem consciência que a educação lhe possibilitaria mais acesso ao conhecimento. Pois, segundo ela, se as reuniões em que participa nos sindicatos lhe trazem muita informação, mais ainda se ela tivesse tido a oportunidade de estudar.

Ela relembra que apenas os seus irmãos mais novos tiveram a oportunidade de estudar e concluir o Ensino Médio, pois, segundo ela, naquela época quem estudava até o “segundo grau” era como se tivesse cursado uma faculdade hoje em dia. Sempre quis que os filhos tivessem melhores condições que ela, mas infelizmente nenhum conseguiu fazer uma faculdade, para ter oportunidade de conseguir um bom emprego.

Rubi: Eles estão trabalhando na roça ajudando o pai deles. Hoje em dia as coisas estão mais fáceis, principalmente com relação aos estudos, vejo muito filho de amiga minha fazendo faculdade, era isso que eu queria para os meus, mas não foi possível.

Para ela, o trabalho na roça não proporciona uma renda que seja capaz de nutrir a subsistência familiar, pois só plantam no período do inverno e aquela produção precisa dar para o ano todo. Apenas no período das farinhadas, os agricultores e as mulheres trabalhadoras conseguem obter mais lucro, pois elas trabalham como “raspadeiras” de mandioca e ganham seu dinheiro por diárias, enquanto isso, cabem aos homens as outras funções mais pesadas. Além disso, as mulheres são responsáveis pelo processo de retirada da goma que produz tapioca. Segundo ela, esse é o melhor período para quem é trabalhadora rural ganhar um dinheiro extra.

Rubi: Aqui pra nós o único tempo pra ganhar dinheiro pelo serviço que nós fazemos é na farinhada, porque nós trabalhamos e recebemos por diária.

4.3.4 Participação no sindicato

De acordo com a entrevistada, fazer parte do movimento sindical é uma forma de segurança e os pequenos benefícios que são garantidos pelos programas, como a facilidade de realizar empréstimos para a construção de cisternas contribuem para a sua melhor condição de vida, pois no período do verão existe a escassez da água.

Outro fator elencado por ela é com relação às dificuldades para a venda da produção, ou seja, depois da colheita existe um problema para encontrar compradores e os que encontram querem pagar um valor inferior ao do produto e, segundo ela, isso dificulta, pois na agricultura, só é possível conseguir uma renda com a venda a colheita.

Rubi: Quando termina a colheita, a gente procura por compradores, mas os comerciantes da região oferecem um valor pequeno pra comprar nossas coisas. Ai nem dar gosto de vender. A gente só vende mesmo quando está aporriado.

Entretanto, através do sindicato, foi possível receber o seguro safra que é disponibilizado para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Rubi: Mesmo sendo pouco dinheiro, diferente do valor que os pescadores recebem, mas ajuda muito. Porque a gente precisa.

Desse modo, a entrevistada demonstra satisfação por conseguir obter esse recurso financeiro. Ela relata que participar do sindicato contribuiu muito para o seu engajamento político também, e pretende se candidatar na próxima eleição que tiver na entidade. Mesmo com pouco estudo, ela começou a entender e aprender sobre a importância dos seus direitos.

Rubi: Muita gente diz pra mim que é besteira participar e ser sócia do sindicato, mas eu não concordo. Só queria que eles aprendessem o tanto que eu aprendi.

Para ela, ter conhecimento sobre sua cidadania a fez se tornar mais otimista para encarar a vida. A entrevistada aborda também os benefícios recebidos pelas políticas públicas e programas sociais que vêm para o sindicato.

Portanto, ela finaliza falando sobre a cidadania que para ela, significa ter acesso aos seus documentos e os direitos assegurados, além de poder resolver questões no banco, como empréstimos para a ajuda na criação de animais que, segundo ela, ajuda bastante nas despesas da casa e para construção das cisternas que são fundamentais para o povo que vive no campo.

4.4 TRAJETÓRIA DE VIDA DA ESMERALDA

Esmeralda tem 26 anos, solteira, natural de Parnaíba-PI, sempre morou com os avós, pois a mãe decidiu morar e trabalhar em Teresina para ajudar na sua educação. Não tem irmãos e também não conhece o pai biológico. Antes de sua mãe migrar para Teresina, trabalhava na roça ajudando os pais, mas percebeu a dificuldade de criar uma filha sozinha, por isso viajou para trabalhar com o objetivo de dar uma educação melhor para ela.

4.4.1 Família de Origem

Sua Família é toda do interior do município de Cajueiro da Praia, onde ela continua residindo até hoje. Seus avós sempre trabalharam como lavradores para garantir o sustento da

família. No entanto, ela relata que um fato lamentável aconteceu, dificultando ainda mais a vida financeira da família. Com a morte de seu avô, sua avó precisou trabalhar sozinha para conseguir criar os sete filhos. Nessa época, sua mãe era muito jovem e esse foi mais um motivo para ela viajar em busca de emprego, pois sua avó não tinha condições de criá-los sozinha.

4.4.2 Família Atual

Atualmente, mora sozinha com sua avó, mas seus tios moram perto. Antes de ficarem sozinhas, sua tia morava com o esposo e uma filha, mas fizeram uma casa ao lado e se mudaram. Segundo a entrevistada, a avó é aposentada e isso contribuiu para que ela conseguisse pagar uma faculdade e se formar em pedagogia.

4.4.3 Trajetória Escolar

Esmeralda sempre estudou em escola pública. Nos primeiros anos estudava em uma escola na frente de sua casa, que hoje em dia está abandonada. Sua trajetória escolar não foi muito difícil, pois sua mãe sempre mandava dinheiro para sua avó comprar os materiais escolares que ela precisava.

Quando concluiu o Ensino Médio fez o Enem três vezes, mas não conseguiu passar em nenhuma seleção, por isso, sua avó e sua mãe decidiram pagar uma universidade particular. Ela se formou no curso de Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Programus (ISEPRO), tendo aulas apenas uma vez ao mês. Depois que se formou, fez uma especialização em Psicopedagogia, para melhorar seu currículo.

Depois de formada, conseguiu passar em um teste seletivo no município de Luís Correia, onde trabalhou dois anos e quatro meses contratada. Mas as dificuldades não permitiram que ela continuasse a dar aula, pois precisava ir de ônibus todos os dias para o trabalho e o salário ofertado não ajudava nas despesas. Segundo ela, era um esforço que garantia apenas experiência, mas que não tinha nenhum retorno financeiro. Com isso, ela abdicou do serviço e começou a trabalhar em um comércio em Barra Grande, onde ficou por dois anos.

Outro fato relevante relatado pela entrevistada é com relação a sua entrada no sindicato, pois segundo ela, começou a participar depois que um membro do sindicato foi

procurá-la para representar a juventude do município em uma reunião dos Onze Municípios da Planície Litorânea que seria realizado em Cocal do Alves.

Esmeralda: Eu nunca tinha pensando em entrar em um sindicato rural, mas me procuraram pra representar o sindicato em uma reunião e eu aceitei, foi lá que eu percebi que deveria me associar e fazer parte do movimento sindical.

Esmeralda: Me associei no sindicato, depois dessa reunião, porque gostei do que ouvi e percebi que seria importante pra mim.

Foi nessa reunião que ela percebeu que deveria fazer parte e entrou no movimento sindical. Após sua associação, surgiu a oportunidade de participar do Projeto Sementes dos Saberes Agroecológicos juntamente com outros jovens inseridos no sindicato.

4.4.4 Participação no Sindicato

De acordo com a fala da entrevistada, uma das principais contribuições do sindicato foi a sua entrada no projeto Sementes dos Saberes Agroecológicos que lhe deu acesso a várias informações sobre agricultura familiar, e com isso obteve o certificado de técnica em agropecuária.

Segundo ela, fazer parte do movimento sindical lhe possibilitou ter conhecimento sobre diversos direitos que ela não conhecia. Além disso, através do projeto conheceu pessoas de outras cidades que também fazem parte dos sindicatos e lhe repassaram várias informações que puderam ser compartilhadas com toda a comunidade.

Um dos benefícios em fazer parte do movimento sindical foi a construção do projeto Cajuilha que é composto por jovens mulheres do sindicato de Cajueiro da Praia-PI e de Ilha Grande. Através dos ensinamentos que aprendeu, ela criou em sua própria residência a primeira horta de produtos orgânicos com o incentivo do sindicato.

De acordo com a entrevistada, desse projeto surgiu o Comitê de Jovens dos Onze Municípios da Planície Litorânea, no qual as mulheres são as participantes predominantes, mostrando a força e engajamento da mulher nos movimentos sindicais. Ela relata que já recebeu no Cajuilha, alunos da faculdade Mauricio de Nassau e da UFPI, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No Cajuilha eles plantam diversos tipos de orgânicos e ervas medicinais, além da produção de milho e feijão. A entrevistada relata que no dia da criação do canteiro

agroecológico do Cajuilha, eles chamaram os trabalhadores rurais locais para conhecer e aprender as novas técnicas desenvolvidas por eles, para o aperfeiçoamento da produção rural.

Esmeralda: O nosso projeto fez um ano agora em março e foi uma conquista pra gente, porque ninguém acreditava que o resultado seria possível. No Cajuilha temos dois tipos de canteiros como você viu. Um é aquele modelo convencional que as mulheres fazem em casa e plantam suas verduras. O outro é o canteiro econômico onde usamos tijolos e canos no solo com plástico.

Os produtos colhidos do Cajuilha são vendidos em Barra Grande e o dinheiro arrecadado será destinado para a construção de novos canteiros nos municípios de Luís Correia e Ilha Grande. Segundo Esmeralda, depois que os dois novos canteiros forem construídos, os jovens engajados ficarão responsáveis individualmente, e a renda será distribuída para cada um.

Esmeralda: A nossa meta é conseguir angariar fundos para a construção dos canteiros que faltam. Em Ilha Grande participam duas moças, então elas duas ficarão responsáveis pelo projeto de lá e de repassar para a comunidade.

Esmeralda: O nome do projeto Cajuilha é a junção dos dois municípios Cajueiro da Praia e Ilha Grande, pois fizemos em parceria.

Outro fator relevante da participação dela no sindicato é a capacitação que ela recebe e o apoio financeiro para realizar viagens para Teresina, com o objetivo de buscar novos conhecimentos que possam ser repassados para todos os trabalhadores rurais, abrangendo homens e mulheres.

Neste ponto, ela destaca que pode perceber a importância das mulheres dentro dos movimentos sindicais, pois elas começaram a se fortalecer e encarar a vida com mais liberdade de expressão, levando em consideração as desigualdades que sempre sofreram em todas as esferas sociais.

Esmeralda: É muito bom fazer parte do movimento sindical e me identifiquei muito. Percebi que deveria fazer parte pra ter conhecimento. Não entrei pra receber auxílio-maternidade ou outro tipo de auxílio. Isso é importante também, mas o que aprendemos através das reuniões é fundamental pra repassar pra comunidade.

Esmeralda ressalta no final da entrevista que o projeto Sementes dos Saberes Agroecológicos acabou por falta de investimento do governo e como gostaria que mais mulheres do campo se engajassem na luta pelos direitos, pois elas são esquecidas pela

sociedade e precisam de mais esclarecimento sobre sua cidadania, para que consigam viver de forma mais justa.

4.5 ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES NO SINDICATO

Historicamente, as mulheres sempre foram estigmatizadas pela sociedade, ocupando um papel de subordinação em relação aos homens, principalmente no contexto social e político. Esses fatores se perpetuaram até os dias atuais mesmo com o fortalecimento do movimento feminista e de outros que surgiram com o objetivo de garantir os direitos igualitários entre ambos os gêneros.

Com relação ao trabalho, essa desigualdade sempre esteve presente, mesmo as mulheres ocupando os mesmos âmbitos sociais, elas continuam recebendo salários inferiores do que os dos homens, mostrando a herança patriarcalista que se estendeu no decorrer dos séculos¹⁰.

Desse modo, podemos perceber a desvalorização do trabalho feminino e, no meio rural, ele se torna praticamente invisível, pois as mulheres que ocupam esse ambiente, trabalhando em serviços pesados e ajudando os maridos na agricultura, não tem seu trabalho reconhecido. Sendo assim, ao analisar a fala das entrevistadas foi possível constatar como os principais desafios dessas mulheres são a sua inserção e o seu reconhecimento como cidadãs.

Percebemos que desde a entrada delas no sindicato, ocorrem fatores que dificultam seu ingresso no movimento, e um deles como foi mencionado por uma delas, é a dificuldade do dono da terra em que trabalham assinar o contrato da terra. De acordo com Godoy, Menezes e Marin (2009, p. 25),

Esse trabalho, vivido como uma troca entre homens e natureza sobretudo, entre homens iguais em honra, que faz que as trocas de serviços sejam pensadas e vividas como dádiva, no sentido maussiano, isto é, como um “serviço voluntário”, mas que é na verdade obrigatório pelo código local de trocas de bens e serviços. Não só bens e serviços são trocados nessas ocasiões, mas igualmente “sentidos”. O trabalho produtivo é também o lugar de ação e reafirmação das regras de reciprocidade entre parceiros-vizinhos e parentes.

¹⁰http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526, acessado em 04 de dezembro de 2017, às 17h45 min.

A partir da perspectiva da referida autora, podemos ver como esse fato foi constatado na fala das entrevistadas, pois para conseguirem a assinatura desse documento, muitas vezes precisam pagar em dinheiro ou através de serviços prestados ao proprietário na lavoura ou no momento da distribuição das rendas dos produtos que elas produzem com o grupo familiar.

Esse é um dos elementos negativos que elas demonstram e que gostariam que mudasse, no entanto, os demais depoimentos apontavam que elas não tinham muita autonomia dentro de casa, e através de sua participação no movimento sindical puderam mudar sua forma de pensar. Perola relata:

Pérola: Participar e ser sócia do sindicato foram importantes pra mim, porque comecei a ficar com menos vergonha de falar em público. No início, quando comecei a fazer parte, não levantava da cadeira e quando eles me perguntavam alguma coisa, eu não sabia o que responder, pois eu não entendia dessas coisas. Agora é diferente, eu sempre dou minha opinião e não tenho mais medo. Eu era muito nervosa, e me sinto orgulhosa comigo mesma.

Rubi: Quando me associei no sindicato, eu precisava ir todos os meses na sede e nem sempre meu companheiro estava disponível pra me levar. Eu não gostava de ficar pedindo pra ele, então decidi que eu aprenderia a andar de moto, porque das primeiras vezes eu fui de bicicleta, mas eu achava ruim.

Rubi: Depois que aprendi e comecei a frequentar me interessei muito, principalmente quando tinha palestras do pessoal da Contag. Eles ensinam tantas coisas pra gente. Eu me sinto feliz em saber que tenho espaço no mundo.

Através das falas das entrevistadas, podemos perceber como essas mulheres se sentiram ao descobrir novas possibilidades, que antes eram restringidas apenas ao trabalho rural, onde elas viviam da plantação, da casa e dos afazeres domésticos, o que mostra como o acesso ao conhecimento modificou a forma como elas se enxergavam.

Outro elemento relevante que foi constatado através das falas das entrevistadas é a questão financeira, pois só com o trabalho na roça não é possível ter uma renda fixa e precisam trabalhar em outras atividades ou criar animais para ajudar na assistência e na subsistência da família e da casa. Desse modo, Menezes (2009, p. 273) discute sobre essa constante:

O pequeno tamanho da terra, a escassez de água, a ausência de assistência técnica e de crédito e a expropriação do excedente na comercialização não permitem que a pequena unidade de produção garanta as necessidades básicas da família. Além disso, os pequenos proprietários são frágeis às crises de produção na região geralmente causadas pelas secas. São obrigados,

frequentemente, a recorrer à venda de animais, que representam a principal reserva de valor.

Outro item relevante para as entrevistadas é a conquista da cidadania, embora elas não saibam exatamente o que isso significa, mas na maioria das falas se colocavam como cidadãs que agora estavam conseguindo garantir seus direitos. Ao serem questionadas sobre o que seria a cidadania, elas relataram que ser cidadã significa ter direitos iguais aos dos homens, sem nenhuma discriminação.

Esmeralda: quando comecei a participar do movimento sindical não tinha muito conhecimento sobre os direitos que as mulheres tinham, mesmo eu tendo concluído um nível superior, agora sei do nosso papel de cidadãs.

Sabemos que cidadania pode ter variadas definições, mas ela pode ser entendida como um conjunto de direitos, conjunto de deveres, como identidade ou como participação (CASTRO; MONTEIRO, 2009). Desse modo, podemos perceber como para essas mulheres a participação no movimento sindical quebrou um paradigma, revelando a condição de sujeitos na sociedade, dotados de autonomia e liberdade.

A fala de Rubi, abordando sobre o fato de precisar trabalhar em casa de família para ajudar o companheiro, nos faz lembrar das mulheres do século XIX, que obtiveram esse direito no qual eram privadas e sempre foram restringidas ao ambiente do lar. Para Alves (2010, p.112):

A exemplo das demais mulheres, as trabalhadoras rurais também foram, ao longo dos séculos, privadas da centralidade do poder, reduzidas à condição de subordinação e limitadas às atividades desenvolvidas no espaço do lar. Aí, não se criavam direitos políticos nem se discutia cidadania, porque tais questões deveriam restringir-se ao espaço público. No sistema capitalista, a herança patriarcal foi levada a cabo, então a dominação sobre as mulheres se estendeu para além do lar: surgiu a dominação dos chefes e a preponderância dos homens na maioria das instituições, como na economia e na política.

Através da análise da referida autora, sobre a dominação patriarcal que sempre esteve presente na vida das mulheres, podemos citar Pierre Bourdieu, outro autor que utiliza esse termo em seus estudos. No livro “A Dominação Masculina” (1998), ele destaca o androcentrismo da sociedade Cabila na África, mostrando através dela que o princípio androcêntrico está incrementado no nosso *habitus*. Desse modo, esse estudo pode nos servir como parâmetro para a avaliação da desigualdade de gênero que as trabalhadoras rurais

enfrentam, por estarem inseridas em uma estrutura patriarcal, onde a dominação masculina é legitimada. Isto é,

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação. (BOURDIEU, 2017, p.17)

Sendo assim, podemos observar como a repressão de gênero sempre foi pertinente em nossa sociedade, principalmente com relação ao trabalho feminino. Entretanto, com o surgimento dos movimentos sociais, as mulheres engajadas ganharam mais liberdade para lutar contra as desigualdades.

Seguindo esse paradoxo das conquistas e da participação delas no sindicato, destaco duas das aquisições mais relatadas por elas ao fazer parte do movimento sindical e foi perceptível serem os fatores mais importantes para a entrada e permanência delas no sindicato, que são: o recebimento do auxílio-maternidade e a aposentadoria.

Pérola: Quando engravidei eu era muito jovem e precisava de alguma garantia, a gente que mora no interior não tem garantia de nada. E foi através do sindicato que conseguir receber o auxílio-maternidade dos meus três filhos. Teve gente que disse pra eu parar de participar depois que recebesse o dinheiro, mas eu já tava gostando de fazer parte e continuei.

Pérola: A gente tem garantia da aposentadoria também ou auxílio doença. A gente que é pobre precisa participar de algum sindicato, seja ele rural ou da pesca. O importante é que faça parte de alguma coisa. Ou se associa pra poder ter algum direito ou viaja em busca de melhores condições de vida.

Podemos identificar na fala de Pérola, a confiança em fazer parte e ser um membro integrante do sindicato, e estes direitos parecem ser os mais importantes para elas. Entretanto, outro fator que ficou explícito e que já destaquei no tópico sobre as mulheres jovens do campo, é a questão da migração. Migrar, principalmente para os moradores e rendeiros, é um sinal de libertação. Ao decidirem tentar a vida em outro lugar é como se dissessem um basta à situação que ali vivenciam (MENEZES, 2009).

Segundo a referida autora, é importante também considerar a migração das mulheres. Estas no campo desempenham, em geral, tarefas domésticas e na cidade podem ter acesso a trabalhos remunerados. Além disso, as entrevistadas destacaram a questão do problema da terra para morar e produzir que nem sempre encontram proprietários que queiram doar um

terreno para a construção da roça. Com exceção de uma das entrevistadas que trabalhava na própria propriedade dos pais, as demais relataram essa dificuldade. Desse modo, nota-se as dificuldades das mulheres inseridas no espaço rural, mostrando que apesar do conhecimento extraído da participação no movimento sindical, ainda existem fatores que impossibilitam uma melhoria na qualidade de vida das trabalhadoras rurais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, sabemos que a desigualdade entre homens e mulheres é muito forte em nossa sociedade, pois a mulher sempre foi tratada como inferior, ocupando um lugar de subordinação, resultado de uma herança patriarcal que se mantém até os dias atuais.

Com relação à divisão sexual do trabalho, as mulheres foram tratadas com a principal função do trabalho doméstico. Embora esta realidade tenha mudado no decorrer dos anos, através das lutas do movimento feminista pela igualdade de gêneros e que elas tenham começado a ocupar espaços em vários âmbitos sociais e políticos, a desigualdade salarial e o preconceito permanecem latentes na sociedade.

Trazendo essa realidade para a mulher do campo, foi possível identificar a invisibilidade do trabalho feminino rural mais explícito, pois as mulheres exercem o trabalho doméstico, cuidando da casa, dos filhos e ao mesmo tempo trabalhando na roça, porém esse trabalho não é visto como tal, apenas como uma ajuda ao homem.

Dessa forma, foi possível constatar como a participação das mulheres no movimento sindical contribuiu para o seu reconhecimento como sujeitos da sociedade, e tendo consciência sobre sua cidadania.

Portanto, o desenvolvimento desse trabalho possibilitou uma apreensão sobre a participação social e política das mulheres sócias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajueiro da Praia-PI. Além disso, permitiu a identificação dos principais motivos que fizeram elas ingressarem no movimento sindical, como o recebimento do auxílio maternidade e a aposentadoria.

Em síntese, foi possível observar através das falas expressas pelos sujeitos entrevistados, algumas contribuições proporcionadas pelo Sindicato não só relacionadas às políticas sociais asseguradas, mas ao reconhecimento dos seus direitos através dos conhecimentos obtidos pela participação delas nas palestras promovidas.

Com relação aos papéis sociais, podemos assinalar algumas mudanças ocorridas no ambiente familiar, que antes eram restringidas a cuidar da casa e dos filhos e agora desempenham outros papéis, com mais autonomia e liberdade. A investigação demonstrou que as mulheres antes de se associarem no sindicato, não tinham consciência sobre sua condição de sujeitos na sociedade e a partir da sua inserção começaram a perceber que podiam ocupar outros espaços sociais.

No âmbito individual, mostraram ter entrado no sindicato pensando nos benefícios que são ofertados para ao/as sócios/as, no entanto, foram se engajando e principalmente

conhecendo seus direitos. Portanto, através da pesquisa compreendemos como a participação das mulheres no movimento sindical lhes possibilitou o reconhecimento sobre seus direitos e sobre sua condição de sujeitos na sociedade, através dos aprendizados obtidos dentro deste movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lindalva. *Movimento social e gênero: construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí*. Recife, 2010.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. *Balaiada e Resistência Camponesa no Maranhão*. In: MOTTA, Marcia e ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol I. São Paulo: Editora UNESP. 2008.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. LEI 4.504, de 30 de novembro de 1964. Presidência da República. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 05 de dez de 2017.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1964.

CONTAG. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>, acessado em 14 de novembro as 15h24 min

COSTA, Ana Alice A. *O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. 2005.

HEREDIA, Beatriz Alasia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização as Agroindústria Canavieira em Alagoas*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

IPEA: Estudo mostra desigualdade de gênero e raça em 20 anos. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526, acessado em 04 de dezembro de 2017, às 17h45 min.

LOPES, Aline M. Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, 2014, p. 286-309.

MAGRO, Viviane de Melo M. Adolescentes Como Autores de SiPróprios: cotidiano, Educação e o Hip Hop. *Cad. Cedes*, Campinas, v, 22, n. 57, agosto/2002, p.63-75.

MARQUES, Marta. *Campesinato e luta pela terra no Brasil*. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), *Procesos territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006

MEDEIROS, Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEZES, Marilda A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, Emilia; MENEZES, Marilda A; MARIN, Rosa A. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*.v.2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>, acessado em 16 de novembro de 2017 às 10:32 min.

MONTEIRO, Renata Alves de Paula; CASTRO, Lúcia Rabelo de. *A Concepção de Cidadania como Conjunto de Direitos e sua Implicação para a Cidadania de Crianças e Jovens*. Psicologia Política. Vol. 8. N 16. pp. 271-284. Jul-dez 2008.

SEMENTES DOS SABERES AGROECOLÓGICOS: Disponível em: <http://ssapiaui.blogspot.com.br/2014/05/o-projeto-sementesdos-saberes.html>, acessado em 18 de novembro de 2017, às 12h45 min

SILVA, Carlos Eduardo Mazetto. *Modo de Apropriação da Natureza e Territorialidade Camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato*. Belo Horizonte, 2007.

TAVARES, Breitner. *Sociologia da Juventude: Da Juventude Desviante ao Protagonismo Jovem da Unesco. Soc. e Cult*, Goiânia, v15, n.1, p.181-191, jan./jun. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Minas Gerais, 1996.